

CISION®

PRESS BOOK

Clipping 2019-10-10

CISION®

1. Novos trilhos pedonais para serra renascer, Correio da Manhã - Correio da Manhã Algarve, 10/10/2019	1
2. Pela estrada fora... outra vez, Visão, 10/10/2019	2
3. "Temos apenas 2% de habitação pública para 98% privada" - Entrevista a Helena Roseta, Forbes, 31/10/2019	5
4. Economia portuguesa, RTP 3 - 18/20, 09/10/2019	15
5. Solução para controlar os preços da habitação? "Só pode ser o Estado", diz Luís Lima, da APEMIP, ECO - Economia Online, 10/10/2019	16
6. "Portugal pode ser Florida da Europa no imobiliário", diz Luís Lima da APEMIP, ECO - Economia Online, 10/10/2019	21
7. Falência da Thomas Cook é "oportunidade para investidores hoteleiros", Dinheiro Vivo Online, 10/10/2019	24
8. Hays Travel compra 555 agências da Thomas Cook no Reino Unido, Presstur Online, 10/10/2019	26
9. Filial alemã da Thomas Cook cancela viagens até ao final do ano, Presstur Online, 10/10/2019	28
10. Falência da Thomas Cook "é um reordenamento do sector", OMT, Presstur Online, 10/10/2019	30
11. (A)Prender-me no Algarve passa pelo Algoz, Terra Ruiva, 31/10/2019	31
12. São Marcos da Serra e Algoz na Rota do 365 Algarve, Terra Ruiva, 31/10/2019	32
13. V Encontro Internacional Poesia a Sul de Olhão para o Mundo, Voz do Algarve Online (A), 10/10/2019	34



MONCHIQUE

Novos trilhos pedonais para serra renascer

■ A associação Almargem vai apresentar algumas das ações que tem previstas para colocar em prática o projeto Revitalizar Monchique – O Turismo como Catalisador.

A sessão vai decorrer no dia 18 na Junta de Freguesia de Monchique, às 16h00, e pretende reunir empresários, associações e a comunidade local. O objetivo é apresentar as ações que vão ajudar a serra a renascer após o incêndio de 2018, como o reforço da rede de percursos pedestres, ações de capacitação para profissionais do setor de turismo e uma campanha promocional para vários públicos. ●




TENDÊNCIAS



Pela estrada fora... outra vez

Depois do boom dos voos *low-cost*, descem os preços das viagens de autocarro. Vai-se de Cascais ao Porto por cinco euros e há agora mais oferta. Quem ganha são os passageiros que querem poupar

 SÓNIA CALHEIROS

Que categoria!", exclama um dos 53 passageiros na hora de estrear a nova rota que liga Cascais ao Porto. E não se está a referir ao preço do bilhete, uns módicos 5,29 euros. Com aspeto robusto e confortável, surge na paragem de autocarro um dos veículos da Royal Express (nova linha da Scotturb), que desde 27 de setembro fazem quatro partidas diárias (7h, 13h, 19h, 1h) de Cascais – mais outras tantas do Porto –, com bancos reclináveis, ar condicionado, wi-fi, pequeno ecrã e casa de banho a bordo.

Com a Ryanair a pôr fim à ligação aérea entre as duas maiores cidades nacionais, a partir de 25 de outubro, alegando “razões comerciais”, a nova campanha da portuguesa Scotturb, do grupo brasileiro Guanabara, não podia vir em melhor altura. Pelo menos, durante o mês de outubro vai manter-se a promoção de bilhetes a €5,29, garante Nuno Oliveira, diretor comercial e de vendas da empresa, que já opera 52 carreiras nos concelhos de Cascais, Oeiras e Sintra, transportando um milhão e 800 mil passageiros por mês. “Este valor vai sempre existir. Poderá passar a depender da antecedência com que se compra o bilhete e o horário escolhido”, acrescenta.

As irmãs Juceline e Erica, 21 e 19 anos, souberam da novidade através de um conteúdo patrocinado no Instagram. No início duvidaram do preço, mas depois compraram os bilhetes no site, sem nenhum percalço. De férias, foram de Lisboa até Cascais apanhar a camioneta para passar uns dias no Porto. A australiana Loraine também está em Portugal de férias com o marido. O casal aterrou em Lisboa e pernitoou no Estoril. Quando viram os *outdoors* a anunciar a viagem, perceberam que era um preço muito barato, quer para turistas quer para portugueses. Escusaram de apanhar o comboio para Lisboa e aí optar por um autocarro ou outro comboio.

O gosto pela paisagem Com a entrada em vigor de uma nova lei, em dezembro, liberaliza-se o mercado rodoviário nacional

VIAJAR POR TERRA GANHA NOVOS PASSAGEIROS, PREOCUPADOS COM A IMENSA PEGADA ECOLÓGICA DEIXADA PELOS AVIÕES

O mesmo se passou com Mendes Ferreira, 64 anos, portuense a fazer consultoria em Cascais. Costumava regressar a casa na Rede Nacional de Expressos, apanhando o autocarro na Gare do Oriente, em Lisboa. Assim é muito mais barato e, mesmo que o preço duplique (€10), vai sempre compensar os €36 de ida e volta dos autocarros mais tradicionais ou os €56 do comboio. As professoras Daniela Russo, Isabel Carneiro e Marisa Fernandes, naturais da Região Norte, vão ser clientes habituais. Colocadas numa escola em Alcabideche, todas as sextas-feiras regressam a casa para visitar a família. Souberam da rota através do Facebook e já estão a planear comprar os bilhetes com antecedência para o mês todo.

ASFALTO DE QUALIDADE

Há oito anos, três colegas de trabalho, hoje na casa dos 30 anos, juntaram-se para fundar a FlixBus, uma startup de Munique que organiza viagens de autocarro sustentáveis. André Schwämmlein, adepto de conceitos de mobilidade alternativa, não tem carro e desloca-se de bicicleta para o escritório. Enquanto estudante, Jochen Engert organizou viagens de autocarro para a prática de esqui nos Alpes. Já Daniel Krauss tinha fundado outra startup de sucesso com o seu colega André, mas também acabou por abandonar o seu emprego de vários anos na Microsoft, além do carro. Bastou-lhes a fusão com a empresa MeinFernbus, de Berlim, e à medida que outros países, como Itália e Holanda, começaram a liberalizar os seus mercados, a expansão geográfica deu-se, tornando a FlixBus líder de mobilidade europeia,

pois também trabalha com comboios e automóveis (no conceito de boleias partilhadas).

Em 2017, Joana Martins, 24 anos, foi visitar uma amiga à Alemanha e viajou entre Berlim e Munique nos autocarros da FlixBus. No mesmo ano, de férias com a mãe na Dinamarca, foram de Copenhaga para Odense e, no verão passado, em Zagreb, na Croácia, apanharam o autocarro para o lago Bled. Viajar por terra foi sempre a opção mais barata e a forma mais prática de chegar a lugares que estão fora das rotas tradicionais que saem dos aeroportos. Mãe e filha repararam na preocupação que os motoristas têm em lidar com as diferentes culturas a bordo, desde estudantes do programa Erasmus até grupos de turistas asiáticos ou de reformados espanhóis. Em breve, vão poder experimentar o serviço dentro de Portugal.

Com a nova lei do mercado nacional rodoviário, aprovada no Conselho de Ministros de 22 de agosto, a FlixBus (que já opera no nosso país desde 2017, mas apenas nas linhas internacionais) vai começar a fazer ligações domésticas. Com a entrada em vigor da legislação, a partir de 4 de dezembro, os trajetos de longa e média distância em Portugal já podem ser operados por qualquer empresa.

“O boca a boca tem sido a melhor estratégia de marketing”, garante Andrés Bustillos, responsável pelo desenvolvimento de negócios na Península Ibérica. Em 2018, a FlixBus transportou 45 milhões de passageiros na Europa, em cerca de 350 mil ligações por dia. No fim de cada viagem, o atendimento dos motoristas, o conforto e os percursos rápidos são os aspetos mais elogiados. Já nos pedidos, os passageiros gostavam de ver a oferta chegar a mais países. O lado sustentável da FlixBus – primeira empresa rodoviária europeia a operar autocarros elétricos em longa distância, apesar de em Portugal ainda não os ter a circular – faz-se notar além dos 2 700 veículos verdes na Europa e nos EUA, onde entraram recentemente. “As estradas portuguesas são boas, têm um alto nível de qualidade, o que facilita muito as operações, mas para veículos elétricos falta ainda infraestrutura que não está desenvolvida [por exemplo, uma rede fiável de postos de carregamento]”, explica Andrés Bustillos.

Ao comprar um bilhete (sempre eletrónico, evitando imprimir em papel),

E COMPENSA?

Simulámos viagens de autocarro, comboio e avião para o dia 23 de outubro de 2019

LISBOA-PORTO

AUTOCARRO

FLIXBUS

Partida 6h15

Duração 4h05

Preço €9,99

SCOTTURB (CASCAIS-PORTO)

Partida 7h

Duração 3h50

Preço: €5,29

RNE – REDE NACIONAL DE EXPRESSOS

Partida 6h30

Duração 3h20

Preço €9

AVIÃO

Partida 6h

Duração 55 min

Preço €30 (TAP)

COMBOIO

Partida (Intercidades) 6h39

Duração 3h07

Preço €37 (1ª classe), €25 (2ª classe)

Partida (Alfa Pendular): 7h09

Duração: 2h41

Preço: €43,60 (1ª classe), €31,20 (2ª classe)

LISBOA-MADRID

AUTOCARRO

FLIXBUS

Partida 8h20

Duração 8h25

Preço €9,99

REDE NACIONAL DE EXPRESSOS

Partida 8h30

Duração 8h15

Preço €18

AVIÃO

Partida 7h

Duração 1h20

Preço €17 (EasyJet)

COMBOIO

Partida 21h40

Duração 10h06

Preço €24,60 (Renfe)



TENDÊNCIAS

Royal Express e FlixBus Duas empresas low-cost a operarem em Portugal. Na foto de cima, Nuno Oliveira, diretor comercial da primeira



JOSÉ CARLOS CARVALHO



D.R.

as pessoas podem optar por fazer um donativo, um valor que é encontrado em função do número de quilómetros da viagem. Por exemplo: numa viagem de Lisboa a Madrid por €24,99 acresce um donativo de €0,51 para compensar as emissões de dióxido de carbono (CO₂). O dinheiro é depois aplicado em projetos sustentáveis, como o desenvolvimento de autocarros movidos a hidrogénio, uma plataforma de mobilidade partilhada e novas rotas nos países em que o mercado ferroviário está a ser liberalizado, como Suécia ou França. Com a crescente preocupação mundial face aos efeitos nefastos das alterações climáticas, viajar por terra ganha novos passageiros,

NUMA VIAGEM DE LISBOA A MADRID POR €24,99, A FLIXBUS PEDE UM DONATIVO DE €0,51 PARA COMPENSAR AS EMISSÕES DE DIÓXIDO DE CARBONO (CO₂)

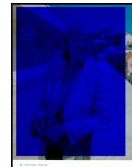
preocupados com a imensa pegada ecológica deixada pelos aviões.

A CONCORRÊNCIA DO CARRO PARTICULAR

Sem outro remédio, tanto a Rede Nacional de Expressos como a CP têm vindo a adaptar-se ao mercado, com preços competitivos, campanhas de descontos e, por vezes, aumentando a oferta. Este ano, até dia 31 de agosto, viajaram nos comboios de longo curso da CP cerca de 4,3 milhões de passageiros (1,6 milhões no Alfa Pendular e 2,7 milhões no Intercidades), gerando receitas na ordem dos 74 milhões de euros. Estes números representam um crescimento de 4% em passageiros e 6% em receita, face ao mesmo período de 2018, e um “crescimento sustentado da procura” desde 2014, como afirma a diretora de comunicação institucional. Há seis anos que as estratégias comerciais da empresa passam por desenvolver campanhas de descontos nas viagens do Alfa Pendular e do Intercidades, válidos para todos os destinos destes comboios. Os Bilhetes Promo, cerca de 15 mil por semana, oferecem descontos entre 40% e 65% para compras antecipadas. São colocados à venda com 60 dias de antecedência em relação à data da viagem e esgotam-se, praticamente, todos os dias – muitas vezes, semanas antes da data prevista. As 18 ligações diárias no sentido Lisboa–Porto (36 no total), com tempos entre 2h42 e 3h07, também têm descontos para grupos, crianças e seniores.

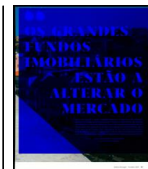
A prática de “preços com dinâmica ao invés de preços dinâmicos e voláteis” na Rede Nacional de Expressos, como explica Miguel Coomans, diretor de marketing da empresa, permite fazer descontos nos bilhetes de ida e volta, nos que são comprados pela internet ou na aplicação, ou através do cartão de fidelização Rflex, em que uma viagem de Lisboa ao Porto pode custar dez euros. “Primamos por um serviço estável, de qualidade e com preços justos e variáveis consoante a fidelização, a sua frequência de viagem ou a sua antecipação de compra”, explica. No eixo Lisboa–Porto, com mais de 40 partidas diárias, há uma camioneta a sair praticamente a cada 30 minutos.

Voltando à Scotturb, que entra agora no longo curso, “o maior concorrente é o automóvel particular”, diz Nuno Oliveira. “Queremos criar alternativa no mercado para atrair mais pessoas a andarem de transporte público.” ■ scalheiros@visao.pt



Interrompendo por duas horas a arrumação do gabinete, Helena Roseta recebe a FORBES na Assembleia da República, uma casa que conhece desde a primeira eleição livre em Portugal no pós-25 de Abril, e que deixará com o término da actual Legislatura.





“ OS GRANDES FUNDOS IMOBILIÁRIOS ESTÃO A ALTERAR O MERCADO

MAIS EFICIENTE E MAIS TRANSPARENTE É COMO HELENA ROSETA ANTEVÊ O MERCADO IMOBILIÁRIO APÓS A ENTRADA EM VIGOR, NO PASSADO 1 DE OUTUBRO, DA “SUA” LEI DE BASES DA HABITAÇÃO. MAS SABE QUE AINDA FALTA MUITO CAMINHO A PERCORRER, SEJA POR VIA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO, SEJA PELA PENALIZAÇÃO AOS FUNDOS IMOBILIÁRIOS QUE A EX-MILITANTE DO PSDEP CONSIDERA ESTAREM A DISTORCER OS PREÇOS DOS IMÓVEIS.

texto: Alexandre Frade Batista
fotos: Victor Machado



B

HELENA ROSETA

IDADE:
71 anos

CARGO:
Deputada e presidente da Assembleia da Câmara Municipal de Lisboa

Ajudou a elaborar a Constituição, à qual juntou o artigo 65, relativo ao direito de todos terem um tecto, e que agora, 44 anos depois, ganha novo vigor com a lei de bases da Habitação. A histórica política conseguiu uma vitória pessoal ao criar a base que a Saúde e Educação já tinham.

atalha há 45 anos pela causa política e ainda não desistiu. “A gente aprende a fazer acontecer”, diz Helena Roseta, deputada que se prepara para o adeus à Assembleia da República, onde deixa o guia para um dos mais prementes problemas do país, a lei de bases da Habitação, de que é a “mãe”. Helena Roseta recusa o parentesco, atribuindo a autoria a muitos, embora assuma que entrou nas listas do PS em 2015, como independente, quando António Costa prometeu que lhe daria espaço para esta construção. A sua visão sobre Habitação cria uma noção de residência em que o Estado fica obrigado a assegurar sistemas de transporte, educação e saúde. Sobre proprietários, não esconde a desconfiança face aos fundos imobiliários

que diz estarem a pressionar o mercado habitacional.

A primeira lei de bases da Habitação em Portugal entrou em vigor a 1 de Outubro. O que muda a partir desta data?

Ela é uma lei de bases, não é lei de aplicação directa. O trabalho agora é verificar quais são os preceitos da lei que têm aplicação imediata e quais obrigam a mexer nas leis existentes ou a criar novas. É um caderno de encargos para o futuro, agora é preciso trabalho de preparação. Não vai mudar a nível de resultados imediatos para ter habitação mais barata, mas estas ferramentas são importantes para que possamos ter um mercado mais transparente e eficiente e isso é fundamental.

Quanto tempo demorará o que tem de ser feito para a aplicação da lei?

Para a proposta de alterações da lei são nove meses. Para o resto, o tempo que for preciso. Quando se criou o Serviço Nacional de Saúde (SNS) – antes de haver lei de bases da saúde –, foi por despacho, por António Arnaut e Mário Soares, num Governo de gestão. Eu acho que as pessoas nem sabem disto, mas em 1978 o Governo já nem tinha as suas plenas competências e por despacho criou o SNS. A lei é só de 1979. É preciso começar pelo princípio. A lei de bases estabelece as grandes linhas de orientação para qualquer Governo, seja mais à esquerda, ao centro ou à direita. Os governos, dentro das linhas gerais, podem fazer opções diferenciadas.

É uma lei que não executa imediatamente, abre a porta, por assim dizer?

Desde o primeiro dia que digo que, com a lei de bases, não aparecem casas novas. Agora, há duas coisas muito importante para o mercado e para toda a gente: com a lei de bases, o Estado, o Governo, é obrigado a apresentar ao Parlamento a sua política nacional de Habitação. Tem de ser aprovado pelo Parlamento o programa nacional da política de Habitação, e tem de haver relatórios anuais. Para o mercado, é fundamental.

Dê-me um exemplo de informação que venhamos a ter.

Não temos ainda informação oficial que cruze os preços de arrendamento e de venda com os rendimentos das famílias. O INE tem essa informação, mas não tem cruzamento. Agora vai ter de o fazer. É informação fundamental para percebermos onde estão as dificuldades, os desacertos do mercado.

Por onde mais vai a lei de bases?

A lei de bases cria determinados princípios fundamentais, porque justificam as políticas. Um deles, que foi muitíssimo discutido aqui durante o debate e na preparação da lei, é a função social da habitação. A lei de bases faz uma proclamação logo no princípio dizendo que a habitação é um direito social, tem uma função social, e houve grande discussão sobre isso.

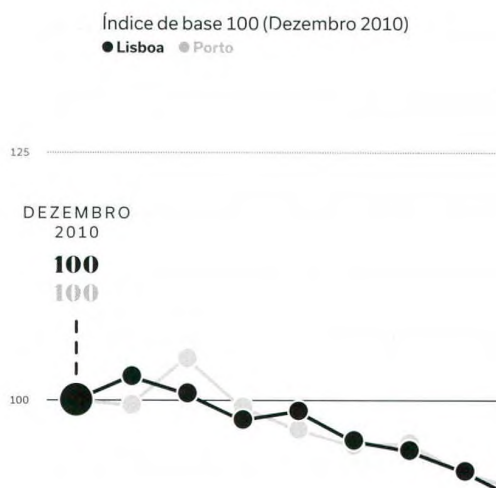
Uma evolução do artigo 65 da Constituição.

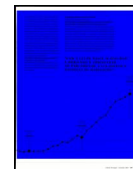
Exactamente. Eu fui co-autora do 65, estava cá na Constituinte [Assembleia eleita

A DIFICULDADE DE TER CASA

As rendas em Lisboa já superaram em 50% o valor praticado quando da chegada da Troika. E face ao momento mais baixo do mercado, no início de 2013, o disparo já está nos 80%. No Porto, onde os preços chegaram a bater os da capital no segundo trimestre de 2011, momento do pedido de ajuda internacional feito pelo Governo de José Sócrates e Teixeira dos Santos, a recuperação foi menos acentuada. Só no final de 2017 voltaram a ser iguais aos de há oito anos.

Fonte: Confidencial Imobiliário/SIR. Índice de base 100 em 2011.





nas primeiras votações após a Revolução, a 25 de Abril de 1975, cabendo-lhe criar a Constituição da República], conheço o arco desde essa altura até agora. A função social da habitação, como dizemos na lei de bases, é a sua utilização para habitação. Parece tautologia, mas é verdade. A função social é estar a ser utilizada. Por isso é que quando uma habitação está vazia temos legitimidade para pôr o IMI mais alto, como a lei já faz. Mas se não houver esta explicação, as pessoas perguntarão: "porque é que eu pago mais IMI por ter a casa vazia? Faço o que quero com a minha propriedade". Não. Se ela foi feita para ser habitação, tem de ser usada. Se não está a ser usada tem de contribuir.

Não tenho o direito de ser proprietário e manter a casa fechada?

Tem se tiver justificação para isso. Por exemplo, se for emigrante, se por qualquer razão a casa está em partilhas e não conseguem ter solução.

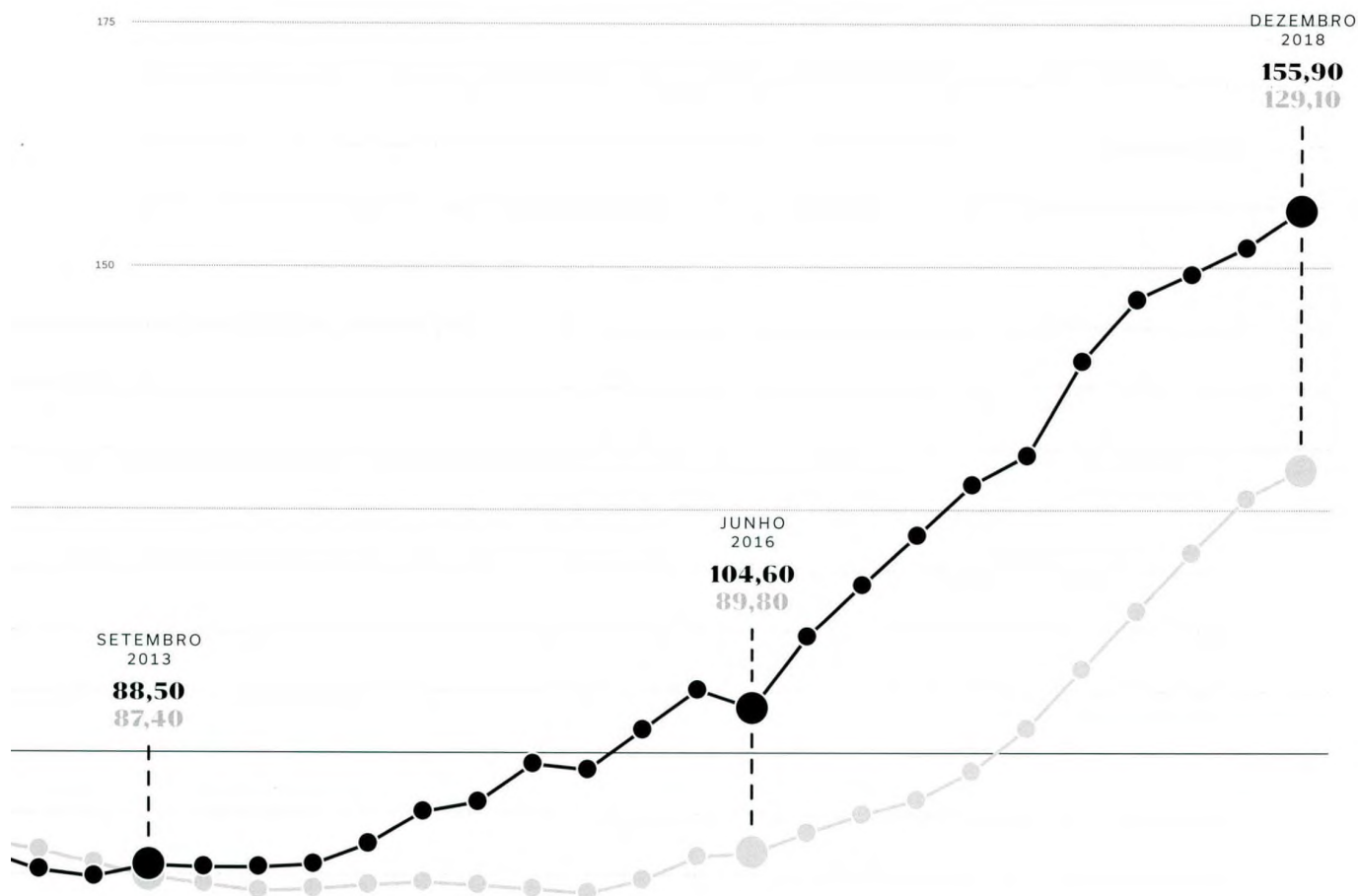
É só porque quero, porque é minha?

Pode, mas vai pagar mais IMI.

A lei diz que as autarquias podem fixar taxas em função do uso habitacional efectivo. Que taxas são essas?

O que pode acontecer já está na lei. A lei de bases limita-se a dar consistência, um fundamento a isso. Já saiu legislação deste Governo: antigamente as casas devolutas podiam triplicar de IMI, agora podem sextuplicar. Contudo, as autarquias podem aplicar ou não aplicar. Suponhamos que você está numa câmara do interior do país onde há casas vazias de famílias, que a família trabalha em Lisboa, mas tem a casa na aldeia e muito carinho por ela, mas só lá vai uma vez por ano. A casa está vazia, mas o município pode não aplicar a taxa agravada porque aquilo não está a prejudicar ninguém, pelo contrário até é um motivo de atracção daquela família.

“COM A LEI DE BASES, O GOVERNO É OBRIGADO A APRESENTAR AO PARLAMENTO A SUA POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO.”





Falemos então de interior. A lei aponta políticas para esse Portugal tantas vezes esquecido?

O país não é igual. Se eu tiver casas vazias na aldeia até tenho de inventar maneiras de o poder público facilitar a vida para que esse vínculo se mantenha. Se eu tiver uma casa vazia no centro de Lisboa ou do Porto, como tenho muitas que nem sequer pertencem a proprietários individuais, mas a grandes fundos imobiliários que as têm apenas como produto financeiro, então vão ter de pagar o IMI mais alto! Acho que as pessoas estão um bocadinho distraídas. Esses grandes fundos é que estão a alterar o nosso mercado imobiliário, e profundamente.

Tem números para se basear?

Não temos números – lá estão os tais números que faltam. Mas temos a percepção, pelas quantidades. O caso conhecido foi o da [companhia de seguros] Fidelidade. O Novo Banco continua a vender, primeiro umas centenas de habitações e terrenos, agora vendeu outra vez, com prejuízo – eles não dizem prejuízo, dizem vendeu com desconto. Depois, o Fundo de Resolução vai pagar. Isto não é correcto.

Onde foi buscar a inspiração para esta lei?

Há um artigo da lei sobre os instrumentos [ver caixa ao lado]. Eu chamei a isso de “tool kit”. A mala de ferramentas é um instrumento decisivo na lei de bases da Habitação e tem sido pouco falada. Eu estudei muita legislação, políticas de Habitação, em Portugal e fora, nos municípios. De muita coisa que estudei e analisei cheguei à conclusão de que só há 4 tipos de ferramentas para a política pública de Habitação.

Que são?

Há a promoção pública, o Estado ou a Câmara a fazer casas, ou um acordo com cooperativas para fazer casas. É um caso em que Portugal está muitíssimo atrasado e desfasado em relação aos países não só da Europa, mas da OCDE. Temos apenas 2% de habitação pública para 98% privada, enquanto noutros países há médias que chegam aos 30% ou 40%. A segunda ferramenta, que usamos pouco, é o financiamento através de subsídios, subvenções. É muito importante em alguns paí-

Metade dos proprietários estão ainda a pagar a casa ao banco. A lei de bases visa também a actividade bancária e Helena Roseta considera “essencial” assegurar a regulação para “não haver abusos sobre as pessoas que estão a pagar empréstimos”.

ARTIGO

26.º

Instrumentos da política de habitação

A política de habitação compreende os seguintes tipos de instrumentos:

- Medidas de promoção e gestão da habitação pública;
- Medidas tributárias e política fiscal;
- Medidas de apoio financeiro e subsídio;
- Medidas legislativas e de regulação.

ses, com o subsídio de renda efectivo, que está previsto em Portugal, mas na prática o único que existe é para jovens [Porta 65]. A grande política de Habitação foi pagar juros bonificados para as pessoas comprarem casa. E um bocadinho de subsídio de renda, exclusivamente habitação jovem, e muito “pouquinho”. Em 2019, no Orçamento do Estado em vigor, há 19 milhões de euros para juros bonificados e 18 milhões para o Porta 65. Do mesmo modo houve alguns apoios a cooperativas, mas também acabaram com eles.

O que espera do Estado?

O que o Estado faz é um subsídio indirecto, que se aplica a poucas famílias, mas é muito importante. A habitação pública é posta em renda apoiada – quando você é inquilino do Estado ou da Câmara paga de acordo com o seu rendimento e não de acordo com o valor da casa. Você paga um valor “X”, mas a casa tem um valor “Y”, a renda técnica. A diferença é um subsídio. Se for uma família com o RSI, pode estar a pagar o mínimo actual: 1% do salário mínimo, 6 euros. A casa vale 300, significa que todos os meses tem um subsídio de 294 euros. Mas ninguém faz contas desse valor. É um subsídio escondido, não aparece em lado nenhum, nem nos orçamentos do município nem no Orçamento do Estado.

A casa já é da autarquia e por isso ela não contabiliza o “desconto”?

Exactamente, mas devia contabilizar, porque na prática é um subsídio, que é muito importante e é dado a muitas famílias. Mas também não temos números. Em Lisboa, quando estava vereadora, há uns anos, a renda média que as pessoas pagavam era 80 euros, para casas que valiam 300 ou 400 euros.

Quantas casas?

Vinte e tal mil. Era dinheiro. Quando dizem que a Câmara não faz nada... a vinte e tal mil famílias dá um subsídio à sua renda para pagarem muito menos.

Fale-me dos outros dois elementos da “mala de ferramentas”.

Medidas fiscais, também usamos e abusamos. O problema das nossas medidas fiscais é que são feitas em função dos interesses das Finanças e não da política de Habitação. Temos alguns princípios muito gerais



sobre fiscalidade na área da Habitação, para não haver contradição. Vou dar-lhe um exemplo, que já foi alterado: se tivesse feito obras pagaria mais IMI porque a casa ficou valorizada. E, no entanto, você fez uma coisa importante, investir na casa. A política fiscal tem de ser passada a pente fino.

A lei aponta medidas que terão de vir já nos orçamentos. Tendo em conta que não se recandidata a deputada, vai fiscalizar o Orçamento do Estado de 2020 como cidadã?

Como cidadã, sim. O que é importante é que todos os partidos vão verificar. No Orçamento de Estado de 2019 nem se conseguiu perceber exactamente qual era o montante para a política pública de Habitação, mas nem chegava ao 200 milhões de euros. E tínhamos 10 mil milhões para política pública de Saúde e 6 mil milhões para a política pública de Educação. As pessoas têm de perceber que não é possível com 100 ou 200 milhões ter resultados para toda a gente.

Qual é a sua expectativa?

É que suba. Tenho estado a ver as propostas dos partidos. O PS propõe exclusivamente para Habitação reforço de 600 milhões de euros no Orçamento do Estado durante a legislatura. São 150 milhões por ano. É muito pouco. O BE propõe bastante mais. Os outros acho que não têm números, ainda não conferi. Essa vai ser uma discussão. Eu até estranho que neste momento em campanha eleitoral não estejam a perguntar essas matérias, porque essas é que são as importantes. Quanto vão dar? É tudo muito bonito, mas se no Orçamento do Estado não estiverem lá as verbas...

Fala-se de cooperativas na lei, a

Helena também já as referiu, mas é um conceito que neste século de crédito barato e fácil se desvaneceu.

E não foi só isso. Também foram fechados vários incentivos e apoios que havia às cooperativas. As cooperativas em Portugal, desde o 25 de Abril, são responsáveis por cerca de 200 mil fogos. A habitação pública é 120 mil e, destes, alguns ainda são anteriores ao 25 de Abril. As cooperativas tiveram um papel importante, mas caíram um bocado em desuso.

E faz sentido relançá-las?

Temos de reciclar o conceito. O conceito de cooperativa é completamente actual, está



O ESCRUTÍNIO A MANUEL SALGADO

A presidente da Assembleia Municipal de Lisboa já pediu ao Ministério Público investigação a acções de Manuel Salgado, com quem tem "boas relações". Enaltece o papel transformador na cidade, mas critica-o por se manter na Lisboa Ocidental SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana.

Manuel Salgado, de quem esteve ao lado na vereação e que está na autarquia de que a Helena é presidente da Assembleia Municipal, tem sido bastante criticado, inclusive por um ex-vereador, Fernando Nunes da Silva. Merece a sua confiança?

É preciso explicar que o Nunes da Silva tem um conflito épico com o Manuel Salgado. É um conflito pessoal. Várias vezes tentei que se sentassem os dois e resolvessem o problema, e não consegui.

Vamos pôr as questões pessoais de lado.

Mas a acusação não foi ligeira. Falava de ligação a interesses imobiliários.

A torre de Picoas é um dos casos de que se fala.

Eu não vou entrar por aí. Não há falar, há conhecimento de factos. Faz-se uma queixa ao Ministério Público e faz-se queixa política. É preciso provar as coisas, não se pode usar esse tipo de linguagem de ataque pessoal, directa, sem ter as provas. O caso das Picoas foi super escrutinado pela Assembleia Municipal. Foi todo corrigido, houve inquérito e não se apurou nada.

Agora há a questão de Manuel Salgado desistir de vereador, mas manter-se na SRU.

Parece-me negativo. Politicamente é um disparate. Se sai de vereador deve sair da SRU.

É a minha opinião. Parece-me uma coisa evidente. Uma pessoa não fica com um pé dentro e um fora. Se tem 75 anos e quer deixar de ser vereador porque já são muitos anos, então também deixa tudo o resto. Quanto às razões dele, tem de perguntar ao próprio. Não gosto de fazer juízos de valor. Tenho boa relação com Manuel Salgado, que muitas vezes é muito criticado, e às vezes sem razão. Há muitas decisões que politicamente não concordo, e já lho disse. Já disse ao Manuel Salgado que ele confia demasiado nos seus dirigentes, e provavelmente isso prejudica-o. Provavelmente não analisa todos os processos com cuidado – coisa que eu não faço.

Eu gosto de analisar tudo, porque os dirigentes é tudo gente muito boa, mas com a pressa dá asneira. O Manuel tem uma grande capacidade de trabalho, despacha muita coisa, e escapam sempre algumas pelo meio. Acho que aí não se defendeu suficientemente. Mas até que me provem que há aqui uma coisa em que o Manuel Salgado agiu de acordo com os seus próprios interesses, eu não posso fazer essa afirmação e não a farei.

Como arquitecta qual é a sua visão?

Há um arquitecto Manuel Salgado a quem Lisboa deve muito. O arquitecto que fez o plano director, o programa "Uma Praça em Cada Bairro", toda a organização da zona ribeirinha. Não voltamos a ter tão cedo um vereador do urbanismo com o conhecimento e capacidade do Manuel Salgado. No meio destes 12 anos com certeza que há coisas que as pessoas não concordam. Mas quem olha Lisboa em termos urbanísticos e olha para o que era e o que é... quem fez isto? Fui eu, não?



a aparecer sob outras formas, *co-living*, formas de habitação colaborativa, e, sobretudo, mesmo os empreendimentos cooperativos vão mais tarde ou mais cedo – e provavelmente mais cedo que tarde –, começar a necessitar de reabilitações porque há um tempo de vida dos edifícios. Há modelos cooperativos que nunca usámos e devíamos usar. Bato-me por eles, mas nunca consegui na Câmara de Lisboa. Por exemplo, cooperativas de inquilinato: a Câmara ceder para habitação cooperativa, mas manter a propriedade pública. Acho que o modelo cooperativo pode ter um florescimento muito grande se formos capazes.

Há que aumentar com mais construção de habitação pública?

Isso sim e está dito que o Estado tem de aumentar. Há uma disposição no fim da lei sobre o Orçamento do Estado que diz que tem de aumentar prioritariamente as dotações para habitação pública. Tem de construir habitação pública.

E nesta altura de mercado sobreaquecido, porque não foi o Estado – por via da CML – exemplar perante os cidadãos no terreno que foi da Feira Popular colocando-o em habitação para arrendamento acessível?

Naquele terreno não pode... esse terreno é uma história estúpida. Foi uma negociação maluca de uma câmara anterior... Esse terreno ainda está em tribunal e a Câmara ainda pode vir a ter de pagar 100 milhões de euros ou mais do acerto de contas.



AS MINI-TORRES

Os dois polémicos edifícios em altura na capital, em Picoas e junto à cervejaria Portuguesa, não são torres em nenhuma cidade cosmopolita, diz Helena Roseta.

Em Lisboa há dois edifícios que coincidem no facto de serem torres e motivarem críticas à autarquia pela sua dimensão. O que diz a arquitecta a isto?

Sou a favor das torres nos sítios onde pode haver torres. Acho um disparate esta coisa provinciana portuguesa de ter de ser tudo português suave, tudo baixinho. Há zonas

históricas onde não se deve alterar o perfil da cidade...

A torre de Picoas não é numa zona histórica. Chamar torre a uma coisa... aquilo não são torres, são mini-torres, ameaças de torre. Vai a Londres, Nova Iorque ou Paris, não é uma torre em nenhuma cidade cosmopolita do mundo.

Como arquitecta não a agride.

Não agride. Depende do sítio e da qualidade.

Se nas Picoas está o hotel Sheraton a dar enquadramento, a torre da Portuguesa é um pinheiro no quintal.

Já foi alterada. Já está bastante modificado, cortaram pisos, cortaram em altura e recuaram. Ainda não foi decidido [o projecto final]. Também fizemos escrutínio, com discussão pública na Assembleia Municipal. Porque é que uma coisa com um bocadinho mais de altura choca toda a gente, mas se for densa, sem uma aberta, um pátio, as pessoas acham o máximo, não choca, os telhados são todos iguais. Do meu ponto de vista é ignorância. A quantidade de construção que põe em altura é a mesma que eles põem assim. O arquitecto da Portuguesa é um arquitecto altamente premiado e o das Picoas, o Diogo Seixas Lopes [falecido em 2016], também era um grande arquitecto.

Nas Picoas ocupou-se uma parte do passeio e depois veio a multa e o edifício continua onde não era suposto estar.

Oiça, foi onde cáimos em cima, houve erro da Câmara e cáimos em cima. Foi censurada e foi resolvido. No outro dia vinha um parecido e eu mandei para trás. Agora já percebi que por aí há asneira, ocupam e depois regularizam.

O tribunal arbitral decidiu o valor que a Câmara já pagou, mas o proprietário reclamou, quer mais, e portanto a preocupação – e eu apoio isso – é que eu não posso dar àquilo uma utilização social em que perco valor, numa propriedade sobre a qual se calhar ainda tenho de pagar uma indemnização muito grande. Por essa razão, a habitação acessível que a Câmara de Lisboa está a fazer é à volta, em terrenos da autarquia, ali ao pé, naquela avenida que vai sair nas Forças Armadas.

A propósito da aquisição de imobiliário por privados para investimento, José Miguel Júdice disse que Helena Roseta vive num mundo da “Alice no País das Maravilhas”. É necessária estabilidade para investir, diz. A Helena é contra o investimento em imobiliário?

Há um sofisma nesse raciocínio do José Miguel Júdice que é muito fácil de identificar. Nem toda a gente compra uma casa para ganhar dinheiro. Há muita gente a comprar uma casa porque precisa de uma casa para viver. Dos 98% que são propriedade privada, 25% é arrendado e 75% é propriedade própria. Os 25% arrendados estão sobretudo em Lisboa e Porto. No resto do país, grande parte das pessoas investiram para comprar a sua casa, não é para arrendar nem fazer negócio.

Significa que não considera correcto que a compra de um imóvel seja feita numa óptica de investimento?

Pode. Pode e deve. O problema é que o mercado mudou de escala e ao mudar de escala mudou de natureza e é isso que o José Miguel Júdice não está a ver. O investidor que hoje procura o mercado imobiliário não é o da “família Prudência”, chamemos-lhe assim, que comprava uma casinha para ter um rendimento de arrendamento durante 30 ou 40 anos, certinho, e deixava aos filhos. É um investidor de fundo imobiliário que compra um conjunto de produtos financeiros. Não está nada interessado em valorizar aquele produto e transformá-lo no destino que a sociedade pretende. O José Miguel Júdice é que está no “País das Maravilhas”, como se estivéssemos todos ainda no século XX. Os fundos imobiliários são muito bem-vindos, mas têm de obedecer a regras, e é por isso que tem estado a haver regulamentação europeia para os fundos imobiliários.

**Como propõe travar esses interesses?**

Informação e, outra coisa muito importante que pusemos no Código Civil para os inquilinos e na lei de bases da Habitação para o Estado: direito de preferência. Nestes grandes pacotes já não pode acontecer o que aconteceu com a Fidelidade. Com a lei de bases damos ao Estado e aos municípios o direito de preferência que não tinham. O mercado mudou e a ferramenta para lhe responder também tem de mudar.

Uma potencial distorção no mercado é a fiscalidade do alojamento local, que obriga ao englobamento de 35% dos rendimentos para efeitos de IRS e de IRC, sendo potencialmente mais benéfico que o arrendamento convencional, onde se paga 28% de taxa autónoma sobre os 100% da renda. Para quê arrendar a uma família se posso ter em alojamento local?

Já foi aumentado. Antes pagava 5%, agora é 15% sobre os 35%. Andei quatro anos nessa batalha de aproximar [as taxas de

“A TAXA DE RENTABILIDADE PREVISTA PARA HABITAÇÃO PÚBLICA PARA 30 ANOS DE VIDA E AMORTIZAÇÃO É DE 6,7%.”

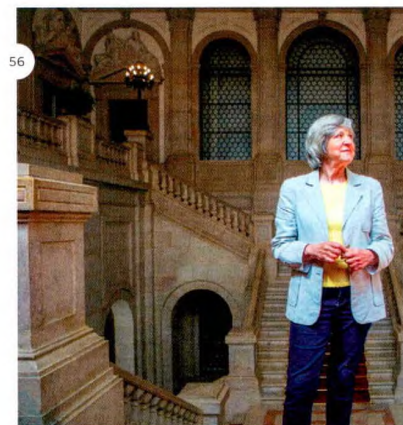
imposto]. Eu dei uma entrevista há tempos ao [jornal] “i”, e puseram em destaque na primeira página a minha frase, “se eu fosse proprietária e tivesse de tomar uma decisão era maluca se não pusesse no alojamento local”. Caiu-me tudo em cima. Como queriam incentivar o turismo, vã de dar benefícios ao alojamento local. Mas isso vai criar um desequilíbrio total para o outro lado. Como é que tentámos responder a isso? Mudando a legislação do alojamento local e dando aos municípios o poder de regular e estabelecer quotas, limites, e até travar.

Já decorreu tempo suficiente para corrigir a fiscalidade.

Se não foi feito, já não o será?

Não se conseguiu mais porque não se conseguiram acordos para isso. O PS não quis. Por causa da parte do turismo. Temos de continuar a batalhar. Nas batalhas é preciso muita persistência. Um ano, dois anos, os que forem precisos, até que seja uma evidência. **F.**





Forbes

CORRIDA À CANÁBIS — N.º 43 — OUTUBRO 2019 — 6€ — MENSAL — FORBESPT.COM



PORTUGAL Forbes

CORRIDA À CANÁBIS

INVESTIDORES
DE TODO O MUNDO
E ATÉ BARÕES
DA POLÍTICA
NACIONAL, TODOS
QUEREM UM
PEDAÇO DO FILÃO
DO OURO VERDE.

"A CANÁBIS
VAI REVOLUCIONAR
O SECTOR
FARMACÊUTICO".

BRENDAN KENNEDY

Presidente-executivo da Tilray, que conta
investir 100 milhões de euros em Portugal.



**GFM
CAPITAL**

UMA
BERKSHIRE
PORTUGUESA

UNBABEL

SALTO
DE
GIGANTE

"TEMOS
APENAS 2% DE
HABITAÇÃO
PÚBLICA PARA
98% PRIVADA."

**HELENA ROSETA,
EM ENTREVISTA**



Economia portuguesa

<http://pt.cision.com/cp2013/ClippingDetails.aspx?id=75783036-1982-499c-b656-4909b9a0bd73&userId=20bb6b56-ec51-42d3-b11d-421913ecc5ae>

Com o turismo em Portugal a manter-se em alta a hotelaria vai também ganhando força. O investimento neste setor tocou os 469 milhões de euros no 1º semestre, é um valor considerado inédito e mostra uma tendência contrária à que acontece em Espanha, onde hotelaria começa a mostrar sinais de arrefecimento.

Solução para controlar os preços da habitação? "Só pode ser o Estado", diz Luís Lima, da APEMIP

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	10/10/2019
Meio:	ECO - Economia Online	Autores:	Luís Alexandre Rita Neto

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=9a7e81f2>

O representante dos mediadores imobiliários acredita na "boa intenção" do Governo em ajudar a controlar os preços da habitação, mas diz que, até agora, "as coisas têm sido adiadas".

Há pouca oferta no mercado imobiliário, que não consegue dar resposta a tanta procura. Mas, para o presidente da Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal (APEMIP), é o Estado quem tem de resolver esse problema. Como? Reabilitando imóveis públicos devolutos e colocando-os no mercado com rendas mais acessíveis. Embora o Governo já tenha anunciado medidas nesse sentido, a verdade é que "o caminho está a ser falado, mas não está a ser feito".

Em entrevista ao ECO, o representante dos mediadores imobiliários falou ainda na Lei de Bases da Habitação, no investimento estrangeiro e na forma como a apropriação dos imóveis de heranças indivisas poderia ajudar o mercado.

Qual é o grande problema do setor imobiliário e o que pode ser feito para melhorar o momento que se vive?

Quero é que haja cada vez mais negócio, mas tento sempre manter o bom senso. Somos um bocado gananciosos e, normalmente, a ganância leva-nos a um precipício. É uma crítica, mas acima de tudo quero estar do lado da solução e não do problema.

Há três anos, quando fui eleito, pedia construção nova. E hoje o tempo está a dar-me razão. Claro que sou e sempre fui um grande defensor da reabilitação urbana, o problema é que isso não chega. E, principalmente, onde se faz uma grande reabilitação urbana são em zonas centrais que valorizam muito. E precisamos de construção onde há procura, nomeadamente para a classe média e para os jovens. Isto é trágico e não é só neste tipo de pessoas, também se converte no arrendamento, por exemplo.

E depois existem as habitações para estudantes. Hoje em dia, quem é que pode pagar um quarto a 500 euros? É absurdo. E é aqui que lanço a minha crítica, principalmente pelos preços. Tomara que os preços em Portugal pudessem subir até ao céu, mas não é possível, e não conheço nenhum país no mundo onde isso possa acontecer. Portanto, penso que isto vai correr mal.

Então qual é a solução?

Primeiro, agir do lado da procura é um erro crasso. Qualquer Governo que tenha essa tendência de agir do lado da procura vai fazer-nos pagar isso bem pago. E isso é criar dificuldade à compra de ativos pelos estrangeiros ou fixar as rendas durante cinco anos como fez Berlim. É dizer que, a partir de agora, isto tem de ser para portugueses. Ou dizer que agora as rendas vão ser fixadas e obrigar alguém a colocar o valor de renda que queremos, isso é impossível.

Não conheço nenhum país do mundo onde possam obrigar alguém a aplicar as suas poupanças e a

investir num negócio que tem de ser vendido ou arrendado a determinado preço. Não vamos pensar em criar uma lei para obrigar alguém a praticar determinados preços, porque isso é tudo uma parvoíce. Se fixarmos as rendas durante cinco anos, vamos afastar praticamente toda a gente, só se vai manter mesmo quem precisa, mas não vai haver renovação. Portanto, agir do lado da procura é um erro. Mas também não temos oferta suficiente, esse é o grande problema. E, por isso, é que se deve agir do lado da oferta e não do lado da procura.

É isso que ando a dizer há três anos e, por isso, é que me tenho posto do lado do Governo, seja ele qual for, para aumentar a disponibilidade de ativos. Só o Estado e as autarquias de Lisboa e Porto têm uma capacidade enorme para colocar ativos rapidamente no mercado. Não quero um negócio. Aceito que esses ativos sejam dirigidos aos jovens e à classe média, e controlados. O que quero é que as pessoas estejam felizes e me deixem continuar a trazer estrangeiros.

E como é que se evita um aumento expressivo dos preços?

Se for para agir do lado da oferta, sou completamente a favor e quero fazer parte da solução. Se for do lado da procura, isso é um crime que vamos cometer porque vamos matar a galinha dos ovos de ouro, que fez com que Portugal ficasse na rota do investimento estrangeiro.

Nunca fomos um país tradicionalmente recetor de investimento estrangeiro, e todo esse investimento concentrava-se, praticamente, no Algarve. Vinha do Reino Unido. E isso mudou. Foi extraordinário. O mercado algarvio, hoje em dia, é tão importante como o do Porto, o de Lisboa ou o do Centro. Houve uma descentralização do investimento que fez com que aparecessem outras nacionalidades para além dos britânicos.

Se for para agir do lado da procura, é um crime que vamos cometer porque vamos matar a galinha dos ovos de ouro, que fez com que Portugal ficasse na rota do investimento estrangeiro.

Luís Lima

Presidente da APEMIP

No ano passado, os primeiros compradores foram os franceses, seguidos dos brasileiros e dos britânicos. Mas, no primeiro semestre deste ano, notámos uma diferença: os franceses continuaram a liderar, mas os britânicos foram os segundos que mais investiram, à frente dos brasileiros. Isto pode ter alguma coisa a ver com o Brexit. O Brexit pode ser terrível para as nossas empresas exportadoras, mas antecipei, na altura do referendo, que os britânicos queriam fixar residência em Portugal e ter uma porta de entrada na Europa, usando o próprio programa dos vistos gold. Os britânicos estão a colocar os ovos noutro cesto e isso acaba por ser bom para Portugal.

Mas o preço não pode ser demasiado elevado, porque não somos assim tão bons como as pessoas imaginam. Agora pensamos que somos os melhores do mundo, porque os estrangeiros adoram-nos, mas isso é um exagero. Quando entramos num patamar e estamos numa superliga, temos de ver se temos capacidade de aguentar. Porque aí a concorrência é feroz e muito boa, e extremamente profissional. E se começarmos a querer ir para esse patamar, Lisboa não pode custar o mesmo que Paris ou Londres. Lisboa tem de custar, pelo menos, um quarto de Paris e um oitavo de Londres. O nosso preço tem de ser médio, médio-alto, e esse é o fator determinante para nos mantermos aqui durante uma série de anos.

Luís Lima, presidente da APEMIP, defende que não se deve matar a galinha dos ovos de ouro. Hugo Amaral/ECO

E qual será a tendência? O preço vai parar de aumentar?

Neste momento só há praticamente mercado alto, e aí já está a haver uma desaceleração. Mas não

chega, tem de vir para baixo. Enquanto não estiver no preço certo, o tempo de escoamento vai aumentar e isto vai criar uma pressão muito grande. Agora toda a gente pensa que este [imobiliário] é o negócio do século e daqui a dois anos teremos excesso de players no mercado.

Aí as pessoas vão reagir emocionalmente, porque não conseguem vender e vão baixar os preços. Só que em vez de baixarem para um patamar, baixam para um patamar ainda mais abaixo. Se as pessoas inicialmente souberem colocar o preço que é correto, vão vender mais caro do que o que vão vender passados nove meses. E em 90% dos ativos acontece isto. A pressão de não vendermos faz-nos aceitar uma proposta abaixo daquilo que penso que seria o valor correto.

Mas podemos, ou não, esperar uma queda acentuada dos preços?

Podemos esperar uma queda daqui a dois ou três anos num determinado tipo de mercado. No mercado alto. Temos um problema generalizado, mas que é do Estado, acima de tudo. O Estado já assume que há um problema na habitação, mas não sei como vai ser. Não há tema mais importante do que a habitação, isto é uma tragédia mesmo. Durante as campanhas, falou-se na habitação, mas não tanto como se deveria ter falado. E temo porque nas fases finais dos mandatos eles assumem mais responsabilidades, mas esquecem-se que daqui a um ano e meio vamos ter eleições autárquicas.

Tem de se agir muito rapidamente para provocar a oferta, e não estou a ver nos próximos 12 a 15 meses aparecer um grande volume de oferta. O mercado não o consegue fazer, espero que não haja essa ilusão.

Luís Lima

Presidente da APEMIP

E as autarquias vão ter uma pressão enorme sobre elas. Até é injusto, mas só vão apanhar a revolta dos portugueses daqui a dois anos e meio porque, de dia para dia, isto está pior. Tem de se agir muito rapidamente para provocar a oferta, e não estou a ver nos próximos 12 a 15 meses aparecer um grande volume de oferta. O mercado não o consegue fazer, espero que não haja essa ilusão. Não temos capacidade e, sinceramente, não vejo os players do mercado, nomeadamente da construção, a agirem para provocarem oferta dentro daquilo que estou a falar.

A solução é, então, o Estado?

Só pode ser o Estado. O Estado tem de fazer alguma coisa que influencie o mercado com mais oferta e que faça os preços baixarem.

O Estado está, ou não, a fazer um bom trabalho para combater a especulação imobiliária?

Para já, ainda não. Está com boa intenção, mas vamos ver agora, porque agora acabou a legislatura. Há boa intenção, de enfrentar o problema, mas ainda não vejo no mercado essa reação. As coisas têm sido adiadas. É necessário agir o quanto antes. O caminho está a ser falado, mas não está a ser feito. Onde é que estão os ativos?

E do lado da Câmara de Lisboa?

A autarquia de Lisboa não é uma autarquia qualquer, para mim é um Estado dentro dum Estado. O que a Câmara de Lisboa fizer vai influenciar o resto do país. Felizmente, temos um presidente de câmara [Fernando Medina] que tem plena noção da importância que o imobiliário teve na alteração de Lisboa. Sei que temos problemas com o Alojamento Local (AL), que tirou muitos ativos do arrendamento, mas também 40% dos ativos que foram para AL estavam devolutos. Claro que tirou alguns, mas também não foi o grande culpado.

Também não estou a dizer confiscar os bens [dos herdeiros], mas sim pagar um valor justo. Se os proprietários quiserem colocar no mercado a um valor justo, tudo bem, mas se não quiserem, aí é que tem de se agir.

Luís Lima

Presidente da APEMIP

Ainda continuámos a ter milhares de ativos devolutos em Lisboa, e dezenas no país. A cidade de Lisboa está reabilitada, mas há muitos prédios parados, cujos proprietários são famílias que há muitos anos não se entendem. Passaram de geração para geração. Por exemplo, com a Lei de Bases da Habitação (LBH), a primeira proposta dizia que o Estado podia tomar posse desses ativos e eu pus-me do lado do Estado. Não posso estar ao lado de quem faz a especulação. Se essas famílias não conseguiram resolver o problema quando o mercado está tão aquecido, então quando é que o vão resolver? Nunca mais na vida. As heranças são muito complicadas. Neste momento o país está com um problema grave habitacional. Só em Lisboa, eram cerca de 2.000 e 3.000 ativos que vinham para o mercado. Também não estou a dizer confiscar os bens, mas sim pagar um valor justo. Se os proprietários quiserem colocar no mercado a um valor justo, tudo bem, mas se não quiserem, aí é que tem de se agir.

A Lei de Bases da Habitação diz que o Estado deve acelerar estes processos de heranças. E a maneira de os acelerar é dessa forma?

Penalizar em sede de IMI não é o caminho que me agrada, preferia que fosse uma intervenção mais transparente. Dar ao proprietário determinado tempo para colocar o imóvel no mercado, e se não cumprir, o Estado deve tomar posse. Mas devia ter havido coragem política. Não posso ficar do lado de quem, direta ou indiretamente, está a compactuar com a questão da especulação. A especulação vai fazer-nos sofrer a todos. Portanto, as pessoas que se entendam, se não têm capacidade para se entenderem, tem de haver alguém que os obrigue a entenderem-se.

Que medidas poderiam ser implementadas para prevenir a sobrevalorização das habitações, especialmente do arrendamento?

Temos de aumentar a oferta... e temos muitos terrenos. O Estado podia oferecer a um promotor um determinado terreno e apenas exigir que uma parte do ativo fosse destinada a rendas acessíveis e outra para o mercado "normal", durante um determinado período de tempo. Ou então o Estado pega nesse terreno e coloca-o no mercado com rendas acessíveis. Não lhe [Estado] custa nada e as pessoas estão a ficar muito zangadas com a situação. De dia para dia a situação está pior. Da habitação que vai nascer nos próximos dois anos, 70% não é para aquilo que considero necessário.

Luís Lima, presidente da APEMIPHugo Amaral/ECO

Medidas como o Programa de Arrendamento Acessível e a reabilitação dos edifícios públicos para arrendamento acessível foram bem pensadas?

Quero ver isso no mercado. Se aparecerem T1 a 350 ou 400 euros, eu quero isso. Neste momento, precisamos de realidade, não apenas de mensagens. Precisamos de ver no mercado esses ativos. Agora vamos ter de esperar, ver qual o programa do Governo, se se mantém como estava.

E quanto aos contratos vitalícios de habitação? Continua a afirmar que, embora sejam uma solução positiva, serão "aliciantes para grupos específicos como os fundos" de investimento?

Estive dentro desse assunto desde o primeiro dia e, na minha ótica, não é solução para o arrendamento, mas também não faz mal em existir.

Como é que olha para as SIGI? Poderão vir a facilitar o acesso ao mercado do arrendamento? Vão realmente baixar os preços?

Podem ajudar, mas penso que não têm capacidade para controlar os preços. Contudo, preciso de referir que eu sou sempre a favor de uma entidade que traga para o mercado nem que seja só mais um imóvel.

O que é que podemos esperar para o futuro do imobiliário? Os preços vão voltar ao que eram?

O Estado vai ter de fazer qualquer coisa, porque a situação não pode continuar nestes termos.

[Additional Text]:

Luís Lima, presidente da APEMIP, em entrevista ao ECO - 09OUT19

Luís Lima, presidente da APEMIP, em entrevista ao ECO - 09OUT19

Rita Neto e Luís Alexandre

"Portugal pode ser Florida da Europa no imobiliário", diz Luís Lima da APEMIP

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	10/10/2019
Melo:	ECO - Economia Online	Autores:	Luís Alexandre Rita Neto

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=4356014b>

Luís Lima, presidente da APEMIP, é um dos maiores apoiantes do investimento estrangeiro em território português mas deixa avisos aos perigos da especulação imobiliária.

Nos últimos anos, Portugal não tem sido apenas conhecido pelas temperaturas quentes, pelas belas praias e pela boa gastronomia. O país também se destaca pelo forte investimento estrangeiro que tem sido feito no setor imobiliário.

Em entrevista ao ECO, Luís Lima, presidente da Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal (APEMIP), refere que o dinheiro vindo de além-fronteiras tem ajudado a economia nacional a prosperar. No entanto, pede precaução com a subida da especulação imobiliária, afirmando que o cidadão estrangeiro "não é burro" e, a qualquer momento, pode rumar a outros mercados que apresentem preços mais reduzidos.

No segundo trimestre, as vendas de casas diminuíram 6,6%. Isso já não acontecia desde 2012. Como é que explica este "arrefecimento" do setor?

Se formos analisar os números, conseguimos ver que, quando os estrangeiros percebem que estão a ser alvos de especulação, deixam de comprar casas. Basta recordar o que se passou há cinco anos, numa altura em que ninguém adquiria imóveis no Porto. No entanto, de um momento para o outro, Lisboa aumentou os preços de tal forma que os investidores estrangeiros foram todos para a Invicta que, na altura, tinha valores abaixo de 40% em comparação com a capital.

O estrangeiro tem dinheiro mas não é burro. Sabe distinguir a diferença entre um bom e um mau negócio. Temos muito potencial enquanto país, mas temos de ter um limite nos preços, porque se continuamos neste caminho, mais cedo ou mais tarde, vai chegar uma altura em que o estrangeiro vai acabar por mudar de mercado. A Tunísia e a Grécia apresentam preços mais baixos. No entanto, não acredito que vá haver uma bolha imobiliária nos próximos anos.

Londres ou Paris são cidades com uma grande tradição na venda de imóveis a estrangeiros, uma situação que está a ganhar força em Lisboa e no Porto nos últimos anos. Acredita que o país tem capacidade, em termos de infraestruturas, para atingir números semelhantes às grandes capitais europeias?

Por que razão Portugal deve seguir Londres ou Paris? Só para compararmos, o PIB de Portugal está quase ao mesmo nível do que Paris. É muito difícil alcançar cidades destas. Não sei por que é que estamos convencidos de que vamos trazer o mesmo nível de investimento dessas capitais. Se trouxermos um terço desse valor já é muito bom para nós. Acredito que estamos num bom caminho em termos de destino turístico e as próprias empresas internacionais começam a achar Portugal bastante atrativo para investimento. A imagem do nosso país pelo mundo fora é muito diferente de há 15 anos. Antes pensava-se que Portugal era uma província de Espanha.

Como é que conseguimos criar um equilíbrio entre o elevado poder de compra dos estrangeiros que querem viver em Portugal e os salários dos portugueses que também querem adquirir ou arrendar uma habitação?

Isso era um sonho. Há a hipótese de dar mais capacidade financeira aos portugueses, em comparação com os estrangeiros, mas isso não vai acontecer. Agora fala-se no salário mínimo passar para 850 euros, mas isso é impossível. O país não tem capacidade para isso. O Estado tem de manter o potencial e a receita fiscal que nós temos - os impostos no imobiliário são astronómicos - para criar casas para os portugueses e dar-lhes alguns privilégios. Vamos compensar os portugueses de outra maneira, agindo do lado da oferta. Porque do lado da procura é uma utopia, não vamos conseguir.

As leis quando são feitas, são a pensar nas duas maiores cidades e não no país no seu todo, parecendo que o resto é só paisagem.

Luís Lima

Presidente APEMIP

A maioria dos imóveis vendidos a estrangeiros situa-se essencialmente em Lisboa, Porto e Algarve, enquanto, no resto do país, as vendas são menores. De que forma é possível mudar este paradigma para um investimento estrangeiro mais homogéneo?

O imobiliário pode ser um setor que ajude a descentralizar o país. Aliás, isso até já está a acontecer. Por exemplo, nacionalidades como a francesa e a brasileira estão a apostar em ativos no interior de Portugal. Começamos a ver casos em Aveiro, Braga e Viseu, que se têm dinamizado nos últimos anos. Porém, só espero que o interior não saia a perder por causa do que está a acontecer em Lisboa e no Porto. Digo isto porque as leis, quando são feitas, são a pensar nas duas maiores cidades e não no país no seu todo, parecendo que o resto é só paisagem. As leis que foram feitas ao Alojamento Local são perspicazes na capital mas não nas outras cidades, especialmente aquelas que estão mais despovoadas. Além desse aspeto, o aumento desmesurado da especulação nas duas maiores cidades poderá levar ao afastamento do investidor estrangeiro do país.

Pode-se dizer que em Lisboa ou Porto, já não há espaço para investimento, e começar-se a direcionar os investidores para Vila Real, Bragança ou Castelo Branco? Seria uma mais-valia. Penso que não seria difícil vender essa ideia ao comprador estrangeiro. Atualmente, a maior parte das capitais de distrito estão entre uma a duas horas de distância de um aeroporto, uma característica que não se vê em muitos países europeus.

O Porto, nos próximos três ou quatro anos, não terá oferta para a enorme procura que existe. Nem um décimo.

Luís Lima

Presidente APEMIP

Para além de Lisboa e Porto, quais são as melhores cidades para potenciar o setor imobiliário?

O Algarve é das zonas do país com mais potencial para o setor imobiliário, mas tem um problema, que é ser uma zona sazonal, enquanto o Porto e Lisboa faturam o ano todo, e não entendo porquê. Um investidor que invista nestas duas cidades vai retirar uma maior rentabilidade do que no Algarve. É preciso mudar esta situação. Se virmos bem, a distância entre Lisboa e a zona do Algarve é mínima. Em pouco mais de duas horas e meia estamos na capital.

Já critiquei no Porto que os presidentes das câmaras deveriam cooperar mais. A cidade Invicta pode chamar mais atenção, mas não tem ativos para vender. No entanto, ao invés de aconselhar os

investidores a apostarem nas cidades circundantes que ainda têm oferta, não o faz. Decide isolar-se. Neste momento, o Porto, nos próximos três ou quatro anos, não terá oferta para a enorme procura que existe. Nem um décimo.

Qual é solução para o Porto?

Primeiro, é necessário acabar com o preconceito de não se construir em altura, porque, caso contrário, o Porto vai colapsar. A cidade não tem terrenos onde construir. Ou o Porto continua com esta traça característica e fica sem terrenos para futuras obras, ou então vai ter de fazer o mesmo que as grandes cidades mundiais: crescer em altura.

No futuro, acredita que o investimento estrangeiro pode diminuir?

A nível de volume sim, mas em número não. Há cerca de oito ou nove anos, ninguém acreditava em cativar estrangeiros para vender habitação. Tentei atrair os brasileiros que investiam na Florida. E, para os brasileiros, tudo o que é americano é fabuloso. Nessa altura disse que, um dia, Portugal ainda pode ser a Florida da Europa. E a eleição de Donald Trump também ajudou, porque Trump começou a atacá-los e eles começaram a vir para cá. Começou pela classe alta. Agora, está a haver também uma emigração brasileira que nos interessa muito: não são ricos, mas têm formação superior e grande capacidade. E esses brasileiros já não compram coisas muito caras. Precisamos de coisas medianas. É isso que temos de proporcionar.

O Brexit vai trazer mais britânicos para Portugal? Para onde?

Quem me dera que eles viessem para Lisboa e para o Porto. Mas eles adoram o Algarve. Não há explicação. Eles sentem-se muito bem no Algarve. Não acredito que haja uma grande variação. Mas, em número, vão aumentar e já estão a aumentar. Não sei se é com algum receio, mas Portugal já tem uma rota e por isso é que não queria que exagerássemos muito nos preços. Caso contrário, os britânicos começam a ir para a Grécia e para Espanha, onde é mais barato e mais fácil.

[Additional Text]:

Luís Lima, presidente da APEMIP, em entrevista ao ECO - 09OUT19

Rita Neto e Luís Alexandre

Falência da Thomas Cook é "oportunidade para investidores hoteleiros"

Tipo Meio:	Internet	Data Publicação:	10/10/2019
Melo:	Dinheiro Vivo Online	Autores:	Ana Margarida Pinheiro

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=35094238>

Thomas Cook Resort não faliu mas os analistas esperam turbulência por causa da forte dependência da agência de viagens. Cushman vê oportunidade

A Thomas Cook é um dos maiores donos de hotéis do mundo e, a sua falência poderá trazer movimentações ao mercado de compra e venda de hotéis, antecipa Gonçalo Garcia, head of hospitality da Cushman & Wakefield.

"Vejo o tema da Thomas Cook como uma oportunidade. Os hoteleiros vão dizer 'estou entalado, vou ficar com milhares de euros por receber', mas a Thomas Cook é uma das maiores donas de hotéis do mundo. E o facto de ter falido não tem a ver com o turismo ter parado. O modelo está a mudar e são necessárias infraestruturas", disse esta quarta-feira durante a apresentação do estudo 'Hotel Investment in the Iberian Peninsula', uma iniciativa inédita realizada em parceria entre os polos da consultora em Portugal e em Espanha.

Muitas linhas se têm escrito sobre a falência do gigante britânico Thomas Cook, mas pouco se sabe ainda sobre o futuro das unidades hoteleiras espalhadas pelo mundo. É que além do negócio de operador turístico, e da companhia aérea, o grupo tinha também dezenas de hotéis que não faliram, mas têm a sua operação fortemente condicionada.

Os 200 hotéis da Thomas Cook

Apesar do nome, a Thomas Cook Hotels & Resorts é uma entidade separada, com sede na Alemanha, e que inclui oito subsidiárias. Contrariamente à empresa-mãe, esta não abriu falência a 23 de setembro. Em todo o caso, dois dias depois, iniciou procedimentos para um processo de recuperação de forma a "iniciar uma reorganização do negócio".

É por isso que os hotéis da Thomas Cook ainda estão a funcionar - um deles abriu há menos de um mês. Ao todo, contam-se 200 hotéis, mais de 38 mil quartos de hotel espalhados por 47 destinos que se dividem por várias marcas: Casa Cook, Sentido, Sunprime, Cook's Club, Aldiana, Sunwing, SunConnect e Smartline.

Apesar de se manterem em funcionamento, só são válidas as estadias reservadas de forma direta, uma vez que as férias marcadas através da agência Thomas Cook são agora consideradas nulas.

A maior parte destas empresas só está a aceitar reservas para um universo muito próximo. É o caso da marca Sentido, e da Aldiana que estão a aceitar reservas apenas até 31 de outubro.

Não é por acaso. "Todas estas subsidiárias são muito suscetíveis de vir a ter problemas no futuro", disse Lance Ashworth da Serle Court, ao The Telegraph, que destaca a forte dependência que as unidades tinham das reservas da agência que reencaminhava turistas para estas unidades.

Partilhe esta notícia

Hays Travel compra 555 agências da Thomas Cook no Reino Unido

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 10/10/2019

Melo: Presstur Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=71ad3a5c>

10-10-2019 (00h04)

Foto: Thomas Cook

A Hays Travel, que tem 190 agências de viagens no Reino Unido, anunciou esta quarta-feira que vai comprar as 555 agências da Thomas Cook no país, empresa britânica que declarou falência em Setembro.

A Hays Travel, com sede em Sunderland, já contratou 421 trabalhadores que estavam na Thomas Cook, tendo também oferecido emprego à tripulação da Thomas Cook Airlines.

"Isto representou um passo importante no processo de liquidação, enquanto procuramos aproveitar os ativos da companhia", disse David Chapman, encarregado de administrar os bens da empresa, citado pela agência EFE.

Por seu lado, John e Irene Hays, director gerente e presidente, respectivamente, da Hays Travel, referiram que a Thomas Cook - com 178 anos de história - foi uma "marca muito querida que empregava pessoas talentosas".

"Temos vontade de trabalhar com muitos deles", acrescentaram.

A Autoridade de Aviação Civil (CAA), responsável por atender os clientes afectados pela falência, já terminou a repatriação de mais de 100 mil pessoas que estavam de férias quando a empresa faliu, em 23 de Setembro.

Essa operação, conhecida como "Matterhorn", foi o maior repatriamento de britânicos em tempos de paz, o que permite avaliar o peso do colapso da Thomas Cook.

A Thomas Cook entrou em suspensão de pagamentos em 23 de Setembro ao não obter os fundos adicionais de 200 milhões de libras (cerca de 227 milhões de euros) que os bancos - como o RBS e o Lloyds - exigiam para fazer face aos meses de Inverno, o que deixou 'um buraco' de mais de 3.000 milhões de libras (3.370 milhões de euros).

O Governo britânico estabeleceu uma investigação para apurar responsabilidades na falência do grupo, que levou ao repatriamento de cerca de 600 mil turistas em todo o mundo.

Em Portugal, em 27 de Setembro, o Governo anunciou que as empresas afectadas pela insolvência do operador turístico Thomas Cook vão ter à disposição uma linha de apoio com um montante até 1,5 milhões de euros para financiar necessidades de tesouraria.

(PressTUR com Agência Lusa)

[Clique para ver mais: Thomas Cook](#)

[Clique para ver mais: Agências&Operadores](#)

Filial alemã da Thomas Cook cancela viagens até ao final do ano

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 10/10/2019

Melo: Presstur Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=30dba47>

09-10-2019 (23h56)

Foto: Trinity Moss / Unsplash

A filial alemã da empresa de viagens britânica Thomas Cook, que também faliu em Setembro, cancelou todas as suas viagens até ao final do ano, ainda que estejam pagas parcial ou totalmente.

Até agora, a interrupção na Alemanha das viagens da Thomas Cook, que também afecta as filiais Neckermann Reisen, Öger Tours, Bucher Reisen ou Air Marin, tinha efeitos só até ao final de Outubro.

"Lamentamos muito ter que cancelar essas viagens, mas não podemos garantir a sua realização", disse esta quarta-feira a directora executiva da empresa, Stefanie Berk.

A Deutsche Thomas Cook avançou esta quarta-feira que quer voltar a funcionar a partir de 1 de Dezembro e voltar a realizar viagens a partir do início do próximo ano.

A Thomas Cook britânica entrou em suspensão de pagamentos no dia 23 de Setembro, ao não obter os fundos adicionais de 200 milhões de libras (227 milhões de dólares) que exigiam os bancos - como o RBS ou o Lloyds - para enfrentar os meses de Inverno, o que criou um buraco de mais de três mil milhões de libras (3.370 milhões de euros).

A agência independente de turismo Hays Travel anunciou esta quarta-feira que vai comprar as 555 agências da Thomas Cook no Reino Unido.

A Hays Travel, com sede em Sunderland e que conta com 190 agências naquele país, já contratou 421 trabalhadores que estavam na Thomas Cook, tendo também oferecido emprego à tripulação da Thomas Cook Airlines.

"Isto representou um passo importante no processo de liquidação, enquanto procuramos aproveitar os ativos da companhia", disse David Chapman, encarregado de administrar os bens da empresa, citado pela agência EFE.

O director executivo da Organização Mundial do Turismo (OMT), Manuel Butler, afirmou hoje que a falência da Thomas Cook "é um reordenamento do sector" no contexto da "transformação brutal" que está a viver o turismo a nível mundial.

A falência do operador turístico britânico é "uma notícia triste", já que para uma organização que promove o turismo é sempre uma "má notícia" quando desaparece um dos seus actores, mas este desaparecimento

enquadra-se no "momento disruptivo" que vive o sector, afirmou o responsável, citado pela agência EFE.

(PresSTUR com Agência Lusa)

Clique para ver mais: Thomas Cook

Clique para ver mais: Agências&Operadores

Clique para ver mais: Europa

Falência da Thomas Cook "é um reordenamento do sector", OMT

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 10/10/2019

Melo: Presstur Online

URL: <http://www.pt.cision.com/s/?l=9d358db6>

10-10-2019 (00h10)

O director executivo da Organização Mundial do Turismo (OMT), Manuel Butler, afirmou que a falência da Thomas Cook "é um reordenamento do sector" no contexto da "transformação brutal" que está a viver o turismo a nível mundial.

A falência do operador turístico britânico é "uma notícia triste", já que para uma organização que promove o turismo é sempre uma "má notícia" quando desaparece um dos seus actores, mas este desaparecimento enquadra-se no "momento disruptivo" que vive o sector, afirmou o responsável, citado pela agência EFE.

"Os fluxos turísticos e a vontade de viajar mantêm-se" e, além disso, viajar "é um bem de primeira necessidade", pelo que o mercado voltará à normalidade, acrescentou Manuel Butler.

O operador turístico britânico Thomas Cook anunciou falência em 23 de Setembro último, depois de não ter conseguido obter fundos necessários para garantir a sobrevivência.

A falência levou as autoridades a organizar um repatriamento de cerca de 600 mil turistas em todo o mundo.

Em Portugal, o Governo disponibilizou uma linha de crédito para as empresas afectadas pela insolvência do operador turístico Thomas Cook, com um montante até 1,5 milhões de euros, para financiar necessidades de tesouraria.

(PresstUR com Agência Lusa)

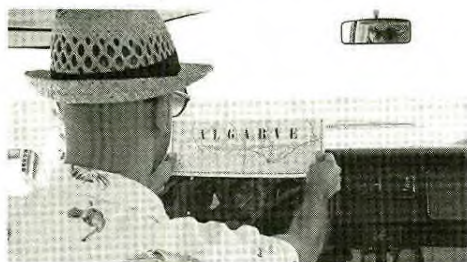
Clique para ver mais: Thomas Cook

Clique para ver mais: Agências&Operadores

Clique para ver mais: OMT



(A)Prender-me no Algarve passa pelo Algoz



(A)Prender-me no Algarve é mais uma atividade apoiada pelo "365 Algarve" que se propõe "levar várias propostas culturais" aos concelhos de Portimão, Albufeira, Silves e Lagoa, até maio de 2020.

Esta ideia é desenvolvida pela Happy Van que vai, numa carrinha pão de forma, percorrer estes concelhos, mos-

trando músicas, património, tradições e costumes. Aos segundos sábados de cada mês, "falaremos sobre o património, os costumes, as tradições e musicalidades que nos construíram como povo. O espetáculo inicia-se com uma visita encenada aos respetivos locais, e a partir daí decorre a apresentação da história do Algarve, das

suas gentes e das suas tradições. A viagem no tempo é intervalada com canções dos velhos tempos e uma oficina de artesanato".

No concelho de Silves, estão previstas duas sessões, ambas a iniciar na sede da Associação Patrimonial do Algoz, no atual Centro Cultural Ataíde d'Oliveira (antigo celeiro). A carrinha da Happy Van esta-

rá aí, nos dias 14 de dezembro e 11 de abril, às 14h30.

Os bilhetes para participar nos eventos podem ser comprados online (por um preço de 10€ ou 20€ quando inclui o transporte).



Festival Out-(In) Verno em São Marcos da Serra



A “primeira paragem” do Festival Out-(In) Verno será em São Marcos da Serra, nos dias 1, 2 e 3 de novembro e irá incluir

Caminhadas, Oficinas Culturais, Concertos Temáticos, Astronomia, Baile e Oficina de Danças Europeias, “Arte, Património e Ciên-

cia” são os três vetores deste Festival que irá estender-se a São Marcos da Serra, Lagoa, Vila do Bispo. O Festival Out-(in)Verno “aborda a

localidade pensada na globalidade, apresentando propostas que pensam na nossa identidade e dirigem-se a todos, permitindo que possam sentir um mergulho imersivo na história do Algarve, na história do país. A premissa, que conduziu a esta proposta, parte da relação intrínseca entre os 3 eixos: Arte comunica Ciência pensando no Património.”

Já está divulgada parte do programa: na aldeia serrana haverá, no dia 1 de novembro, das 19h às 21h30, uma Caminha Noturna e Astronomia no Alto da Serra

Algarvia. Antes disso, entre as 12h e as 14h, é promovida uma Observação Solar, numa atividade dinamizada pelo *Céus do Sul*, um laboratório móvel de astronomia que percorre o Algarve e o Baixo Alentejo.

No dia 2 de novembro, está anunciada uma Oficina de Danças Tradicionais, às 15h, e um Baile-Concerto Danças Tradicionais, às 19h30.

Estará patente a Exposição de Fotografia “Bipolaridade”, de Jorge Marques que “retrata os opostos que perfilam o Algarve; litoral/interior, mar/serra, confluência da locali-

dade/globalidade, serenidade/confusão, verão/inverno” e ainda uma Exposição de Gravura “Chaminés Algarvias”, de Ana Belland.

O Festival Out-(In)Verno é organizado pela associação Questão Repetida e integra-se no programa 365 Algarve. Conta ainda com o apoio de diversas entidades. (No nosso site - www.terrauiiva.pt - publicaremos o programa completo, após a sua divulgação.)

TerraRuiva

JORNAL DO CONCELHO DE SILVES

www.terraruiva.pt

Outubro de 2019
ANO XIX - Nº 216
0,70 Euro

Diretora: Paula Bravo
Publicação Mensal

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZAÇÃO Nº 141/2012
DE 15 DE MARÇO DE 2012
DO TRIBUNAL DA IMPRENSA
DO ALGARVE

Silves
Feira de Todos os Santos

pág 15

Messines
Inaugura Parque de Feiras

pág 15

Silves
Aberto Gabinete de Apoio à Vítima

pág 5

Messines
Torneio de Xadrez na Sociedade

pág 15

Resultados eleitorais no Concelho de Silves

PS vence em todas as freguesias

p 19

Expansão do Zoomarine leva à suspensão do PDM

Projeto está em Discussão Pública

p 5

Apresentada em Silves nova sinalética para Monumentos Nacionais

p 13



São Marcos da Serra e Algoz na Rota do 365 Algarve

Festivais, Astros, Passeios, Comida Esquecida

p 7

Feira de Outono de Jardinagem Mediterrânica

Dias 26 e 27 em Silves

p 20



Pontes de Silves vão ter obras

Condutas de água e saneamento desviadas da Ponte Velha para Ponte Nova. Autarquia vai investir perto de 1 milhão de euros.

p 3

Entrevista a Alexandra Santos

“O que levas para a tua mesa é um conjunto de opções”

p 8 e 9



Jazz nas Adegas começou a 4ª edição



JAZZ
NAS
ADEGAS

p 10

Pub.

Teófilo
DESDE 1940 AO SERVIÇO DO ALGARVE

DISTRIBUIÇÃO DE BEBIDAS
INDÚSTRIA DE ALFARROBA

Rua João de Deus, 63 * 8375-127 São Bartolomeu de Messines
Tel. (+351) 282 333 330/3 * Fax (+351) 282 333 347
E-mail geral: teofilo@teofilo.com.pt
www.teofilo.com.pt

V Encontro Internacional Poesia a Sul de Olhão para o Mundo

Tipo Meio: Internet

Data Publicação: 10/10/2019

Melo: Voz do Algarve Online (A)

URL: <http://www.avozdoalgarve.pt/detalhe.php?id=39745>

É já no próximo dia 18 de outubro que Olhão acolhe o V Encontro Internacional Poesia a Sul, uma organização do Município de Olhão apoiada pelo programa 365 Algarve, que decorre até dia 27 e traz poetas oriundos de vários países.

Durante 10 dias haverá partilha de saberes e experiências com o público em mais de meia centena de atividades.

Nesta 5ª edição do Poesia a Sul, evento municipal comissariado desde a primeira hora pelo poeta e advogado olhanense Fernando Cabrita, celebra-se o bicentenário do nascimento do poeta Walt Whitman e o centenário dos nascimentos de Sophia de Mello Breyner Andresen, Laurence Ferlinghetti e Jorge de Sena.

A Biblioteca Municipal José Mariano Gago acolhe, no dia 18, o início de um programa recheado de iniciativas: o espetáculo de abertura terá lugar às 17h00 com Nanook e Rogério Cão, seguindo-se a inauguração (18h00) com a presença de entidades oficiais, poetas e artistas convidados.

A biblioteca olhanense acolhe também a apresentação da nova coleção de autores Poesia a Sul - Edifício Nautilus, de Inma Luna, Ventos, de Chi Trung e Missa Branca, de Fernando Cabrita.

Neste dia, que será de festa, inaugura ainda uma exposição coletiva de pintura e desenho de Michael Augustin, Hans Wap, Tineke Storteboom e Paulo Gago e haverá um jantar de homenagem aos poetas que se celebram nesta edição, ao qual se segue poesia nos bancos de jardim da Avenida da República.

A noite de 18 de outubro continua na Re-Criativa República 14, às 22h30, quando se realizará a geminação do Poesia a Sul com o Festival de La Lyre Emigrée (Rússia), Edita - Festival

Ibero-americano de la Edición, la Poesia y las Artes (Espanha) e com a Fundação Pierre leGrand (Bélgica/Rússia).

Aqui será também apresentada a exposição de pintura de Jeffrey Gaylord Carter aos Poetas do Mundo.

Por: CM Olhão